



CLIPPING EXECUTIVO

RELEASE SEMANAL

Compliance, Governança & NR-1

CVM 245 · PLATAFORMAS DIGITAIS · IA NO JUDICIÁRIO · ASSÉDIO MORAL NO
TST · CESA SC

Semana de 04 a 10 de julho de 2026

grgconsultoria.com · [@grgconsultoria](https://www.instagram.com/grgconsultoria)
(48) 99953-9596 · grg.consultoria.ass@gmail.com

NOTÍCIAS DA SEMANA

01 **Resolução CVM 245 endurece diligência sobre investidor não residente (PLD)**

Fonte: CVM · gov.br · Resolução 245/2026 · 01/07/2026 · vigor 15/07

↳ Nova norma altera a Resolução CVM 50 e obriga corretoras e gestoras a aplicar diligência reforçada sobre clientes classificados como Investidor Não Residente oriundos de jurisdições listadas pelo GAFI. Fecha a última janela apontada na avaliação mútua do Brasil. Board de instituição participante do mercado precisa formalizar política própria de PLD antes da vigência em 15/07/2026.

→ conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol245.html

02 **STF em recesso e ADPF 1.316 aguarda Plenário para 07-18/08/2026**

Fonte: Portal STF · ADPF 1.316 · Portaria 124/2026 · 10/07/2026 (semana)

↳ Recesso judicial STF de 02 a 31/07 mantém suspensa a eficácia sancionatória de cinco dispositivos da NR-1 sobre riscos psicossociais. Plenário virtual convocado para 07-18/08/2026. Empresa que usar o recesso para robustecer o PGR chega ao julgamento sem passivo acumulado. Silêncio operacional agora significa autuação em setembro.

→ noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-suspende-sancoes-...

03 **Plataformas digitais têm até 20/07 para se adequar ao novo Marco Civil**

Fonte: Migalhas · Helio Ferreira Moraes e Plínio Higasi · 22/06/2026 · deadline 20/07

↳ Decreto 12.975/2026 dá 60 dias de carência para provedores implementarem obrigações de governança, moderação e transparência. ANPD passa a fiscalizar e sancionar. Sistema de notificação extrajudicial substitui a exigência de ordem judicial para remoção de conteúdo, com análise de dúvida razoável antes de indisponibilizar. Compliance digital passa a ter caráter de risco crítico para o board.

→ migalhas.com.br/depeso/458631/plataformas-digitais-tem-...

04 **ANPD consolidada como agência reguladora com poder de polícia**

Fonte: Poder360 · análise institucional · 10/07/2026 (semana)

↳ ANPD deixa de ser órgão de orientação e passa a superagência com autonomia financeira e técnica, concurso próprio e competência para regular LGPD, ECA Digital e Marco Civil. Multas podem atingir 10% do faturamento nos casos mais graves das plataformas digitais e 2% do faturamento por infração de LGPD, limitada a R\$ 50 milhões. Comitê de Compliance sem eixo LGPD estruturado vira ponto de auditoria.

→ poder360.com.br/poder-governo/anpd-vira-superagencia-so...

05

Resolução CNJ 615 sobre governança de IA no Judiciário segue em pleno funcionamento

Fonte: Portal CNJ · Resolução 615/2025 · 09/07/2026 (semana)

↳ Norma vigora desde 14/07/2025 e estabelece 14 membros no Comitê Nacional de IA do Judiciário, classificando sistemas por potencial de impacto sobre a integridade do processo. IBGC já incluiu IA como tema de Conselho no Código de Melhores Práticas em 2023. IA deixou de ser projeto de TI e virou pauta de conselho de administração, com trilha de auditoria proporcional ao risco.

→ atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6001

06

TST 2025 registra 142.814 novos processos por assédio moral, alta de 22,3%

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho · diretrizes estratégicas 2026 · 10/07/2026 (semana)

↳ Aumento de 22,3% frente aos 116.732 casos de 2024. Resolução CSJT 415/2025 consolida os Cejuscs e traz conciliação pré-processual para o centro do palco, tornando o processo a última opção. Empresa com PGR fraco em riscos psicossociais colhe o dado. Empresa com programa maduro reduz reclamação e usa a conciliação como janela de correção.

→ machadomeyer.com.br/pt/inteligencia-juridica/publicacoes...

07

Fiscalização punitiva da NR-1 permanece ativa sobre a norma substantiva

Fonte: Portal TRT4 · Portaria MTE 765/2025 · 26/05/2026 · em vigor

↳ Novas exigências sobre riscos psicossociais entraram em vigor em 26/05/2026 com poder punitivo pleno. A liminar do STF na ADPF 1.316 suspende a sanção específica de cinco dispositivos, não a obrigação substantiva. Autoridades trabalhistas seguem lavrando autos por ausência de programa de gerenciamento com riscos psicossociais. Programa de integridade e cultura precisam ser evidenciáveis em auditoria.

→ trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/50974782

08

CESA SC debate impactos da IA na atividade jurisdicional em Florianópolis

Fonte: Centro de Estudos das Sociedades de Advogados · Seccional Santa Catarina · 09/07/2026

↳ Reunião de seccional híbrida no escritório Menezes Niebuhr reuniu Cristiane Romano (VP CESA Nacional), Des. Diogo Nicolau Pítsica (TJSC), Des. Wanderley Godoy Júnior (TRT-12) e Giancarlo Castelan (presidente CESA-SC). Governança de IA, ética algorítmica e limites do voto assistido entraram no debate técnico. Escritório com política formal de IA passa a ser diferencial competitivo, não apenas dever regulatório.

→ cesa.org.br/

09

Coluna Meio de Campo analisa Lei 15.427/2026 e conselheiro independente na SAF

Fonte: Migalhas · Rodrigo R. Monteiro de Castro · 02/07/2026

↳ Lei da Sociedade Anônima do Futebol institui obrigatoriedade de conselheiro independente em Conselho de Administração e Fiscal, com critérios espelhados na CVM. O parâmetro CVM vira referência setorial e cria precedente institucional que pauta boards fora do circuito SAF. Federações e clubes precisam mapear rapidamente o pipeline de conselheiros com perfil formal.

→ migalhas.com.br/coluna/meio-de-campo/459244/conselheiro...

TRT-17 mantém condenação por burnout e reafirma que laudo pericial não vincula juiz

Fonte: Consultor Jurídico · Caso 0000561-64.2024.5.17.0008 · 01/07/2026

↳ 1ª Turma do TRT-17 manteve condenação de empresa por dano moral após burnout e transtorno de pânico decorrentes de assédio e discriminação. Rejeitou a tese de que perícias ortopédica e psiquiátrica isoladas afastariam onexo. Responsabilidade por saúde mental no trabalho independe de laudo técnico único. PGR estruturado com riscos psicossociais mapeados é a defesa efetiva.

→ conjur.com.br/2026-jul-01/conclusao-de-laudo-pericial-n...

≡ NÚMERO DA SEMANA

142.814 novos processos por assédio moral no TST em 2025 (alta de 22,3%)

frente aos 116.732 casos de 2024. TST empurra conciliação pré-processual para o centro do palco (Resolução CSJT 415/2025). Empresa com PGR e cultura maduros reduz volume e usa a conciliação como janela de correção.

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho · diretrizes estratégicas 2026

□ Observações da GRG

- **Julho é o Marco Regulatório Dobrado**

Três marcos concorrentes em uma janela de 20 dias. Resolução CVM 245 (vigor 15/07 · PLD reforçada). Decreto 12.975 sobre plataformas digitais (deadline 20/07 · ANPD com poder de polícia). Plenário STF sobre ADPF 1.316 marcado para 07-18/08. Board sem calendário de compliance com essas três datas cravadas está com governança em atraso.

- **IA deixou de ser projeto de TI e virou pauta de Conselho**

Resolução CNJ 615 rege a governança de IA no Judiciário. IBGC incorporou tecnologia e IA no Código de Melhores Práticas em 2023. CESA SC discutiu em 09/07 os impactos da IA na atividade jurisdicional com Cristiane Romano, Des. Pítsica, Des. Godoy Júnior e Giancarlo Castelan. Empresa e escritório sem política formal de IA passam a ter risco de disclosure, de LGPD e de responsabilização pessoal do administrador.

- **ADPF 1.316 pausou a sanção, não a norma**

A obrigação substantiva da NR-1 sobre riscos psicossociais segue exigível. Os 90 dias são para robustecer o programa, não para desligar. Quem usa a janela para consolidar PGR, treinar liderança e documentar prevenção chega ao Plenário de agosto sem passivo. Quem para, chega com processos vindos do TST.

- **CVM 245 e ANPD sinalizam endurecimento paralelo**

PLD reforçada para investidor não residente e regime punitivo pleno da ANPD sobre plataformas digitais. As duas frentes convergem sobre uma exigência única: rastreabilidade documental. Compliance vira registro auditável, não apenas política publicada.

Governança da Família Empresária

IBGC · Caderno 15 · 2023

Referência doméstica para tratar propriedade, família e empresa como três sistemas sobrepostos. Base para desenhar Conselho de Família, Protocolo Familiar e política de sucessão em vida. Casa direto com o momento CVM sobre transações entre partes relacionadas e integração com CO/GOV do G&C 360°.

→ ibgc.org.br/

Gestão de Riscos do Projeto

Adriano R. Goedert · IESDE Brasil · 2024

Framework prático para transformar risco identificado em ação documentada. Casa direto com a leitura estratégica dos 90 dias da ADPF 1.316 e com o dever de rastreabilidade da CVM 245. Autoral Goedert.

→ iesde.com.br

Empresa Familiar: núcleo de relações de conflitos e a mediação extrajudicial

Dra. Daniella M. R. Goedert · Editora Dialética · 2021

Base para governança de conflitos societários que costuma anteceder o litígio. Referência para arquitetura patrimonial em empresas familiares e para uso da Lei 13.140/2015 como instrumento técnico antes do processo. Autoral Goedert.

→ editoradialetica.com.br

Eventos & Palestras · SC / PR

- 09 e 10/07/2026 · 36º CONCARH · CentroSul, Florianópolis · Governança Corporativa na prática · painel Espaço Executivo
- 09/07/2026 · CESA-SC · Impactos da IA na atividade jurisdicional · Menezes Niebuhr Advogados Associados, Florianópolis
- 20 e 21/08/2026 · 6º Encontro dos Conselhos Profissionais · CRC-SC, Florianópolis · ASCOP/SC · governança, compliance e licitações
- 13 e 14/08/2026 · 13ª edição do Congresso Corporativo Nacional · Blue Tree Premium, São Paulo · estratégia e liderança

Agende uma conversa de 15 minutos

Converse pelo WhatsApp

grgconsultoria.com · @grgconsultoria · WhatsApp (48) 99953-9596